
SER Social

CRISE AMBIENTAL E LUTAS SOCIAIS
Brasília (DF), v. 26, nº 52, janeiro a junho de 2023

As interfaces da “questão social” expressas nas lutas pelo direito à cidade

The interfaces of the “social issue” expressed in the struggles for the right to the city

Las interfaces de la “cuestión social” expresadas en las luchas por el derecho a la ciudad

Juanita Natasha Garcia de Oliveira¹
<https://orcid.org/0000-0002-1245-9543>

Thaís Teixeira Closs²
<https://orcid.org/0000-0003-2602-883X>

Recebido em: 30/07/2021

Aprovado em: 20/01/2022

Resumo: O artigo é fruto de pesquisa sobre as interfaces da “questão social” com a luta pelo direito à cidade, realizada a partir de entrevistas com mulheres residentes em uma ocupação organizada pelo Movi-

1 Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Política Social e Serviço Social na UFRGS. Doutoranda em Serviço Social pela PUCRS. Grêmio Foot Ball Porto-Alegrense/Instituto Geração Tricolor (IGT). E-mail: <juanitapucrs@gmail.com>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1322361584050628>>.

2 Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Especialista em Atenção Básica em Saúde Coletiva pelo Programa de Residência da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP/RS). Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: <thaisacloss@hotmail.com>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5031174509881639>>.

mento dos Trabalhadores Sem-Teto em Porto Alegre (RS). Foi desenvolvida a partir da metodologia de história oral e do referencial teórico marxista, com ênfase para as obras de Henri Lefebvre e José de Souza Martins para produções da área de Fundamentos do Serviço Social. Quanto aos resultados, destaca-se que os processos de exclusão e a pobreza conferem unidade às histórias e às condições de vida das mulheres sem-teto, as quais se entrelaçam com a dimensão coletiva das lutas e dos sonhos em torno da conquista da moradia, como dimensões que mediam a construção de sociabilidades e modos de viver pautados por laços de solidariedade classista, fomentando a organização política dessas mulheres na disputa do espaço urbano e na reivindicação do direito à cidade.

Palavras-chave: “questão social”; direito à cidade; cotidiano; Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto.

Abstract: This paper is product of a research about the interfaces of the “social issue” with the struggle for city rights, this research was carried out from interviews with resident women of social occupations organized for Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (Homeless Workers Movement) in Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil). Was developed from oral history and using Marxist theories, with emphasis to Henri Lefebvre, José de Souza Martins works, with productions about Fundamentals of Social Work area. As results its stands out the processes of exclusion and poverty corroborate with histories and life conditions reported by these women, which ones intertwine with the collective dimension of dreams and struggles around the housing conquest, as collective dimensions of sociability and ways of living guides by ties of class solidarity, fostering the political organization of these women in the dispute of urban space and the claiming of city rights.

Keywords: “social issue”; right to the city; daily; Homeless Workers Movement.

Resumen: El artículo es el resultado de una investigación sobre las interfaces de la “cuestión social” con la lucha por el derecho a la ciudad, realizada a partir de entrevistas con mujeres que viven en una ocupación organizada por el Movimiento de Trabajadores Sin Techo en Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil). Se desarrolló a partir de la metodología de la historia oral y el marco teórico marxista, con énfasis en los trabajos de Henri Lefebvre y José de Souza Martins para

producciones en el área de Fundamentos del Servicio Social. Como resultados, destacamos que los procesos de exclusión y pobreza confieren unidad a las historias y condiciones de vida de las mujeres en situación de calle, que se entrelazan con la dimensión colectiva de las luchas y sueños en torno a la conquista de la vivienda, como dimensiones que median la construcción de sociabilidades y formas de vivir guiadas por lazos de solidaridad de clase, propiciando la organización política de estas mujeres en la disputa del espacio urbano y la reivindicación del derecho a la ciudad.

Palabras clave: “cuestión social”; derecho a la ciudad; vida cotidiana; Movimiento de Trabajadores Sin Techo.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresentamos os resultados de uma pesquisa (OLIVEIRA, 2021) sobre as interfaces da “questão social” expressas na luta pelo direito à cidade, materializadas nas condições, nos modos de vida e na organização política das trabalhadoras sem teto da Ocupação Povo Sem Medo³ (OPSM), em Porto Alegre (POA), no Rio Grande do Sul (RS), organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). A OPSM, em sua maioria, é composta por famílias constituídas exclusivamente por mulheres, cujo protagonismo se faz presente nos espaços de coordenação e/ou que são reconhecidas pelos demais residentes como lideranças comunitárias. A pesquisa priorizou esse público-alvo, mediante a metodologia de história oral (MARTINELLI, 2013), uma vez que são as mulheres que apresentam maior participação nas atividades coletivas e na proposição de estratégias de lutas e possuem maior organicidade no âmbito da OPSM e do MTST.

O atual contexto de pandemia e de austeridade econômica, presente na agenda ultraneoliberal (SANTOS, 2019), agrava a retração do Estado brasileiro e, portanto, repercute em menores investimentos nas políticas públicas e sociais relativas aos direitos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, demonstrando os

3 Conforme cadastro socioeconômico realizado em janeiro de 2020 pelo MTST/RS, a OPSM é composta por 71 famílias, totalizando 147 pessoas (54 homens, 45 mulheres e 48 crianças e adolescentes). A maioria se autodeclara negra, possui o ensino fundamental incompleto e obtém renda mediante o trabalho informal com reciclagem, complementando-a por meio do Programa Bolsa Família. É expressivo o quantitativo de famílias cujas mulheres negras são exclusivamente a referência da família no que tange aos cuidados e à manutenção das suas condições de vida.

limites estruturais das ações estatais em responder às necessidades sociais oriundas da “questão social”. Nesse cenário, o debate em torno da questão urbana ganha destaque, tendo em vista que as condições de vida da classe trabalhadora evidenciam o nível de vulnerabilidade em que vivem, sobretudo no que tange à questão da moradia. Apesar da agudização das desigualdades sociais no cenário da pandemia, estudos da Fundação João Pinheiro (FJP, 2021), realizados ainda entre 2016 e 2019, demonstram que o déficit habitacional brasileiro (que, em termos absolutos, apresenta tendências de crescimento) chegou à marca de 5.876.699 domicílios em 2019. O mesmo período também contou com o crescimento expressivo no ônus excessivo com o aluguel, passando de 2.814 para 3.035 milhões de domicílios, o que indica, nesse recorte de estudo, a desigualdade de gênero presente no déficit habitacional.

Outra tendência agudizada por esse contexto consiste no aumento da população em situação de rua, processo vinculado à crise econômica e sanitária. Segundo pesquisa coordenada pelo projeto Centro Social da Rua no ano de 2020, a capital gaúcha apresentou um aumento de 19,7% de pessoas que fizeram das ruas seu local de moradia, apontando o desemprego como a principal causa. Já os dados da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) de POA estimam um crescimento de 38%. Para além da moradia, há outros componentes que impactam a questão urbana: os níveis de acesso aos serviços de saneamento básico, mobilidade urbana, emprego, alimentação, saúde, educação e assistência social. Tais índices se apresentam no espaço urbano a partir de diferentes expressões de desigualdade, violentamente aprofundadas no atual contexto de crise estrutural e globalizada do capitalismo.

Nesse sentido, as desigualdades no âmbito das cidades são indissociáveis da “questão social”. Para o presente estudo, destacamos a contribuição pioneira de Yamamoto e Carvalho (2017), bem como das demais produções⁴ amplamente difundidas na profissão (IAMAMOTO, 2001; NETTO, 2001; YAZBEK, 2001), pois elas expressam a fecunda interlocução do Serviço Social com a teoria marxiana e marxista, que

4 Destaca-se, especialmente, a formulação de Yamamoto (2001, p. 17): “A ‘questão social’ diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho [...]. Expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. [...] Esse processo é denso de conformismos e resistências, forçados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais”.

possibilitam situá-la como indissociável da produção capitalista e da sociabilidade burguesa. A partir dos aportes da teoria do valor-trabalho, da lei geral de acumulação capitalista, da (re)produção das relações sociais e do debate da subalternidade, conforma-se uma abordagem totalizante da “questão social” que não segmenta a estrutura e o sujeito, uma vez que integra dimensões materiais e espirituais na análise das desigualdades e resistências sociais e de suas refrações na vida dos sujeitos (CLOSS, 2017). Tal perspectiva de análise sobre a “questão social” proporciona densidade crítica ao projeto ético-político e às ações profissionais no horizonte da construção de processos sociais emancipatórios em conjunto com a população usuária, considerando que o trabalho cotidiano de assistentes sociais engendra-se “na tensão entre produção da desigualdade, da rebeldia e do conformismo” (IAMAMOTO, 2008, p. 120).

A ênfase para a “questão social” permite demonstrar os elos que conectam radicalmente o Serviço Social à dinâmica societária em seu movimento histórico, no quadro das relações entre as classes sociais e o Estado. Logo, aprofundar-se e dar visibilidade à competência teórico-metodológica totalizante na abordagem da “questão social” – de maneira que realize o trânsito entre as dimensões universais e singulares das suas expressões, a partir das situações vividas pela população – é fundamental para a superação de abordagens reducionistas que apreendem exclusivamente pela via das expressões da desigualdade, posto que tal tendência inclina-se ao obscurecimento das mediações a serem construídas no trabalho cotidiano para o fortalecimento das resistências sociais latentes na vida social (CLOSS, 2017).

Nessa direção, os debates sobre a “questão social”, o direito à cidade⁵ e o cotidiano⁶ se articulam, na medida em que o urbano, enquanto fonte de privação, é também instância de realização da vida e é capaz de comportar, em si, interesses antagônicos, consonantes com o

5 Para fins deste debate, compreendemos, a partir de Henri Lefebvre, que o direito à cidade “supera a dimensão individual, reduzida ao poder monetário de compra, uma vez que a mesma está amplamente vinculada à luta anticapitalista, numa perspectiva de urbano que implica a resposta ampliada às necessidades sociais, permitindo, assim, a realização da sociedade urbana” (OLIVEIRA, 2021, p. 142).

6 Sob as contribuições de Henri Lefebvre (1973; 1991), compreendemos que o cotidiano é conformado por espaços de reprodução e é “também lugar de uma vasta contestação não localizável, difusa, que cria o seu centro às vezes num sítio e logo noutra” (LEFEBVRE, 1973, p. 97), apresentando-se como “um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão – produtos e obras – passividade e criatividade – meios e finalidades etc.), interação dialética, da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis)” (LEFEBVRE, 1991, p. 19-20).

modo de produção capitalista e suas necessidades, no que tange à reprodução das relações de produção (LEFEBVRE, 2008). Isso pressupõe pensar a conformação do espaço enquanto palco de tensões e conflitos, permeados por disputas políticas, econômicas, sociais e culturais que obscurecem a “contradição fundamental que reside na reprodução do espaço no capitalismo: sua produção é social, enquanto sua apropriação é privada” (CARLOS, 2017, p. 35).

Portanto, abordar as refrações da “questão social” expressas na luta pelo direito à cidade é adentrar em espaços marcados pelo estigma da marginalidade e da criminalização. É percorrer lugares cujo cotidiano está repleto de desafios e possibilidades, trazendo consigo as necessidades e demandas mais elementares da sobrevivência: alimentação, moradia, saneamento básico, emprego e renda. É adentrar no campo da subjetividade, dos sonhos e das esperanças, que ganham contornos nos barracos feitos de lona, na luta pela conquista da casa, do teto e do lar. É estar frente à iminência da violência estatal, da remoção, do assédio e dos constrangimentos que trabalhadores/as sem-teto vivenciam enquanto moradores de uma ocupação urbana.

Compreender as refrações da “questão social” na interface com o direito à cidade é fundamental aos assistentes sociais, pois não apenas exige “decifrar a realidade, conectando seu projeto profissional com as necessidades da população, colocando em xeque os diagnósticos prontos, as receitas homogeneizadas, problematizando o campo do moralismo como problema/solução para as demandas da população” (COUTO, 2015, p. 672), como também favorece a articulação com os movimentos sociais e as organizações territoriais e comunitárias, ultrapassando o imediatamente posto nas determinações institucionais, para construir, nessa relação, estratégias de trabalho ancoradas no reconhecimento e na aproximação com as demandas da população, a partir da compreensão de suas condições e dos seus modos de vida, das formas de resistência e da organização política no espaço das cidades.

Como aponta Farage (2014), para além da retórica, é essencial fortalecer ações profissionais articuladas aos espaços de organização dos trabalhadores, em especial “reforçar os movimentos sociais urbanos que reivindicam o direito à cidade, provocando reflexões e lutando por outro projeto de sociedade, em que os indivíduos sejam considerados em sua totalidade” (FARAGE, 2014, p. 258). Nessa direção, a experiência da pesquisa e do trabalho junto aos movimentos sociais tem se mostrado um

terreno profícuo para o exercício da dimensão pedagógica e ideopolítica da profissão numa perspectiva emancipatória. Ressalta-se, contudo, que no âmbito da profissão este debate ainda permanece diminuto – como verificado em pesquisa bibliográfica realizada nas revistas da área⁷. Nesse horizonte, a partir dos dados obtidos da pesquisa, o artigo busca dar visibilidade às refrações da “questão social” na interface com a luta pelo direito à cidade, tematizando as condições, os modos de vida e a organização política, conforme os depoimentos das mulheres residentes na OPSM de POA/RS.

AS REFRAÇÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” EXPRESSAS NAS CONDIÇÕES E NOS MODOS DE VIDA DAS TRABALHADORAS SEM-TETO DA OCUPAÇÃO POVO SEM MEDO

A OPSM, de POA/RS, organizada pelo MTST e pelas comunidades da Vila Nazaré, Vila Dique e Ocupação Progresso, foi constituída em 2017, como estratégia de denúncia e de enfrentamento da violação aos direitos humanos inerente aos processos de remoção e de reassentamento realizados pelo poder público municipal. Ou seja, a ocupação de vazios urbanos em situação irregular, que não cumprem com a função social da propriedade, consiste numa ferramenta de resistência dos movimentos sociais urbanos. Situado na Zona Norte da cidade de Porto Alegre, o terreno em que se localiza a OPSM é um dos últimos estoques de terra da região próxima ao aeroporto e, portanto, essencial aos interesses especulativos, sobretudo numa área que recebe “vultosos investimentos em infraestrutura, o que, por si só, eleva sobremaneira o preço da terra” (MELLO et al, 2020, p. 34). As personagens envolvidas na OPSM e nas remoções, bem como os distintos papéis de classe que representam, trazem materialidade aos conflitos fundiários presentes na organização espacial das cidades na sociedade capitalista, abarcando a relação intrínseca entre “cotidiano e urbano, indissolivelmente ligados, ao mesmo tempo produtos e produção” (LEFEBVRE, 2008, p. 17-18).

⁷ No âmbito da profissão, ainda é diminuto o debate sobre as interfaces da “questão social” expressas nas condições, nos modos de vida e na organização política de trabalhadores e trabalhadoras sem-teto residentes em ocupações urbanas. No conjunto das produções científicas na área de Serviço Social, observamos a ênfase nas experiências de trabalho dos/as assistentes sociais na mediação com os serviços e as políticas sociais, nos espaços dos sindicatos ou ainda nas atividades de extensão universitária, dando pouca visibilidade às produções e ao protagonismo dos sujeitos com os quais trabalhamos, sobretudo na interface da luta pelo direito à cidade (OLIVEIRA, 2021).

Os depoimentos foram obtidos mediante sucessivas aproximações com as moradoras e com o Grupo de Mulheres desenvolvido na OPSM, cujas trajetórias de vida são marcadas por carências materiais – com maior destaque para a moradia, o trabalho e a renda –, mas também por uma cotidianidade que revela dimensões de uma realidade comum às trabalhadoras sem-teto: a vida forjada pela luta, revigorada por sonhos e esperanças arregimentadas pela pertença a um coletivo. As narrativas evidenciam as refrações da “questão social” no âmbito das condições, dos modos de vida e da organização política, apontando os significados que as lutas por moradia e pelo direito à cidade assumem nas suas vivências no MTST, permeadas por contradições e lutas de classe. Frente a isso, partimos do pressuposto de que:

É no fragmento de tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano, que essas contradições fazem saltar fora o momento da criação e de anúncio da História – o tempo do possível. E que, justamente por se manifestar na própria vida cotidiana, parece impossível. Esse anúncio revela ao homem comum, na vida cotidiana, que é na prática que se instalam as condições de transformação do impossível possível (MARTINS, 2000, p. 63).

Dessa maneira, entendemos que as condições de vida referem-se ao acesso aos meios de existência e à satisfação das necessidades sociais, aos níveis objetivos de moradia e de saneamento básico, de alimentação, de trabalho e de renda, ao acesso a políticas públicas (saúde, assistência social, educação, habitação, previdência social) e aos equipamentos culturais e de lazer. Mais que isso, tais condições relacionam-se aos sentidos atribuídos à dignidade e ao pertencimento social, expressos em símbolos e códigos, como, por exemplo, a ausência de um comprovante de endereço: “Por causa da falta do comprovante de residência, a gente não tem acesso à saúde e à escola. Eu tinha acesso ao CRAS [Centro de Referência de Assistência Social] quando eu morava de aluguel. Saí de lá e fiquei sem acesso. Fui regularizar o Bolsa [Família] e o Cadastro [Único], mas não consegui” (MORADORA 1, OPSM, 2021).

Destaca-se que, para além da falta de moradia, vemos no depoimento apresentado as reiteradas formas de exclusão, operadas inclusive pelas políticas sociais nas normativas de acesso a serviços e benefícios

socioassistenciais, o que evidencia que os sem-teto vivenciam diariamente a luta pelo direito à sobrevivência. Ou seja, além da experiência da pobreza e da precariedade das condições de vida numa ocupação – acesso à luz e à água, ausência de saneamento, alimentação inadequada e pouco nutritiva –, verifica-se que a estratégia de ingresso aos serviços públicos ocorre pelo ocultamento da condição de sem-teto, uma vez que o desenho das políticas públicas não contempla a diversidade de demandas presentes nos territórios da cidade: “Olha, na verdade, não tem como a gente chegar e dizer que não tem comprovante. Se a gente falar isso, eles mandam a gente para outro lugar e a gente vai embora e não consegue nada” (MORADORA 1, OPSM, 2021).

Apesar das diferentes trajetórias, destaca-se nos depoimentos a presença central da categoria de família associada à luta por moradia, bem como a participação e o protagonismo das mulheres nos espaços de liderança, sejam eles no âmbito comunitário ou nos setores organizativos do MTST, presença esta que se forja no cotidiano e de maneira orgânica, transversalizando a formação e a atuação política das mulheres. A partir da pesquisa, podemos inferir que as refrações da “questão social”, mediadas pelas dimensões de classe, gênero e raça, acabam por reforçar tal identidade, atribuindo às mulheres destaque no trabalho comunitário. E, portanto, essa vinculação orgânica ganha densidade nos processos coletivos de luta:

Sou uma pessoa que luto desde sempre pela moradia, por uma vida melhor para mim, para minha família. Tanto é que a gente está morando aqui um pouco mais de 3 anos, lutando por moradia e o direito de uma vida melhor. Que a gente não tenha mais que pagar aluguel e sujeito a estar ocupando as áreas sem uma resposta. A luta total aqui na [Ocupação] Povo Sem Medo é por moradia, por uma saúde melhor, por diversas coisas (MORADORA 3, OPSM, 2021).

A ênfase para a família – relacionada aos laços sanguíneos, à conquista da melhoria de vida – se torna eixo fundamental para a participação, para a organização e para a permanência das mulheres na OPSM. Faz parte da sociabilidade da ocupação e confere sentido às relações e aos vínculos constituídos a partir das experiências coletivas de mobilização e autogestão junto ao MTST: “Eu me acho como uma

família junto com eles [MTST]. Para mim, o movimento eu agarrei como num abraço. Agarrei como uma família toda junta” (MORADORA 4, OPSM, 2021). Ou seja, os achados de pesquisa mostram que os vínculos mediados por processos de luta, protagonismo e participação são permeados por valores pautados na solidariedade de classe, pela construção de uma sociabilidade coletiva, pois as necessidades vividas extrapolam a dimensão individual e tornam-se questões que devem ser discutidas em processos grupais, contribuindo para a construção das alternativas de enfrentamento das refrações da “questão social” na ocupação.

Nesta perspectiva, os modos de vida dizem respeito às particularidades presentes nas relações sociais estabelecidas entre os sujeitos na vida cotidiana e na sociabilidade engendrada pelo capitalismo. Ainda que permeadas por antagonismos de classe, desigualdades e resistências sociais, tais particularidades revelam, em si, a solidariedade entre os/as trabalhadores/as na construção de estratégias coletivas de enfrentamento das expressões da “questão social”. Portanto, as contradições presentes na produção do urbano apresentam diferentes nuances nas práticas sociais a partir da realidade social em que vivem os sujeitos, de maneira que é necessário que sejam considerados: (I) os significados atribuídos à realidade em suas dimensões subjetivas e culturais, no âmbito das relações familiares, comunitárias e com os serviços das políticas públicas; (II) o pertencimento ao território vivido (a OPSM e as comunidades vizinhas); (III) as trajetórias, as experiências e as perspectivas de vida; e (IV) as formas de convivência na ocupação.

A partir da pesquisa, podemos inferir que as ocupações urbanas são repletas de contradições, que carregam em si a linha tênue entre o direito social das coletividades na luta pelo direito à cidade e a “dignidade” dos sujeitos, posto que a condição de sem-teto e de residente de uma ocupação é vista como a última opção de moradia.

No começo, eu não gostava, não [de morar na OPSM], pela distância do mercado, que era longe, mas acabei me acostumando. Fiz a minha casa com o meu suor, catando madeira aqui, madeira ali, porque a gente não pode investir muito. E moramos eu e meu filho, de 11 anos. Aqui, a gente não tem uma estrutura, sabe? A gente dorme aqui pensando: a gente pode ser reintegrado. Acho que, se a gente conseguir uma moradia, um teto, ia ser bem melhor, porque a dignidade está acima de tudo.

Qualquer coisinha, sendo uma casinha de uma peça, mas isso sendo teu, tu já tens uma dignidade enorme (MORADORA 3, OPSM, 2021).

O campo das representações relacionadas ao direito à propriedade media a percepção da dignidade de vida dos sujeitos, posto que é na condição de “proprietários” e de “donos da terra” e de “si” que passam a conquistar não apenas o direito formal de residência e, portanto, a localização no espaço, como também a possibilidade de realização do sonho da casa própria.

Eu, para mim, queria ter um trabalho. Para eu ter as minhas coisas, o que é meu, entendeu? Tu querer comer alguma coisa e tu ter o teu dinheiro para comprar ou tu querer fazer alguma coisa. Eu tenho os meus dentes para arrumar, não tenho dinheiro, isso também faz parte do meu sonho. Vou te dizer francamente: para realizar os sonhos, tem que trabalhar. Se não trabalhar, tu não realiza. Tem que ter o teu, ganhar (MORADORA 2, OPSM, 2021).

Para além do acesso às condições objetivas de moradia, trabalho e renda, das inúmeras experiências de desproteção social, temos também necessidades primordiais que ultrapassam a aquisição dos demais bens de consumo, como registrado no depoimento. Ainda que as condições materiais de vida sejam precárias, que a realidade esteja repleta de contradições, que o Estado reitere a criminalização dos movimentos sociais e que a sociedade lhes atribua inúmeros estigmas – reiterados pela “apologia conservadora da ordem capitalista” no combate e na aniquilação dos direitos sociais, “reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais” (BARROCO, 2015, p. 625) –, estabelecem-se resistências materializadas no cotidiano, construídas a partir das determinações de classe, raça e gênero, enfeixadas na dinâmica do espaço urbano.

Nas construções improvisadas das ocupações, abrigam-se tanto o desemprego quanto a esperança, tanto a fome quanto a horta comunitária, tanto a criminalização da luta por moradia quanto também os espaços de autogestão e de poder popular. Uma ocupação abriga – em si – sonhos, histórias de vida e estratégias coletivas para melhor resistir. É também

um local de criação, de convívio, de outra sociabilidade que, muitas vezes, não se adéqua à vida verticalizada dos conjuntos habitacionais, aos costumes e à moralidade burguesa, tampouco ao moderno ideário urbanístico. Mas também é permeada pelo risco da violência, pelo receio das ações de reintegração de posse, evidenciando a violência estrutural do Estado e a criminalização das populações pobres em suas lutas e resistências.

A gente ficou na Ocupação Progresso por 4 anos e a gente veio a ter o despejo. O despejo é triste. É horrível ser despejado sem um direito a nada, nem direitos humanos. Não teve ninguém do Conselho Tutelar por conta das crianças, apenas o choque [Polícia Militar], intimidando, nos correndo, nos empurrando, mandando nós sair. Esse momento de reintegração de posse que a gente teve para mim foi bem marcante, porque meu pai tinha acabado de ter um AVC e ele não tinha os movimentos, a gente conseguiu uma cadeira de plástico para carregar ele nesse dia de despejo. Foi bem desumano mesmo e bem triste (MORADORA 1, OPSM, 2021).

O relato traz à tona a falência dos valores “morais” das ações de um Estado classista, pautado pela defesa intransigente da propriedade privada. Mesmo assim, se faz presente, na vivência cotidiana da exclusão, a permanência dos valores comunitários, expressos na preocupação em torno do outro e nas estratégias organizativas de melhor responder às necessidades dos mais vulneráveis.

Ao presenciarmos a realidade das relações sociais estabelecidas entre as camadas populares, são perceptíveis os níveis de humanidade e empatia presentes “na sociabilidade do homem simples” (MARTINS, 2000), o que mostra ser possível a construção de um modo de viver que, apesar dos desafios, pode ser pautado por laços humanistas e de solidariedade classista. E, nessa seara, entendemos que a riqueza da vida cotidiana está justamente nos

[...] momentos e [nas] situações do protagonismo oculto e mutilado dos simples, das pessoas comuns, dos que foram postos à margem da História, do homem sem qualidade que a sociedade propõe ao sociólogo suas indagações mais complexas, seus problemas mais ricos,

sua diversidade teoricamente mais desafiadora. São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível. O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta (MARTINS, 2000, p. 13).

Mesmo com tamanhas experiências permeadas por desigualdades nas suas trajetórias de vida, como o desemprego, a violência e o racismo, ainda assim essas mulheres ousam sonhar. Mais do que isso: trazem os sonhos e as esperanças como elementos fundamentais da luta e da resistência coletiva, como podemos verificar nos depoimentos a seguir.

O meu sonho é a casa própria. É a moradia. Já tentei trabalhando, mas daí o dinheiro, o salário para a gente é: ou tu opta por pagar aluguel ou botar comida na mesa. Já tentei trabalhando, já tentei lutando e estou na luta de novo. Daqui só saio com a casa própria (MORADORA 3, OPSM, 2021).

Todo mundo que me pergunta, todo mundo, eu digo: que o meu sonho é ter uma casa. Uma casa bonita com quatro peças: sala, cozinha, quartinho, banheirinho decente. Que dê para ti tomar um banho, não ter problema de esgoto (MORADORA 2, OPSM, 2021).

Meu sonho é conseguir o meu cantinho. Não só para mim, mas para todo o pessoal aqui. Com o trabalho que eu tinha, não era possível. Pelo salário que eu ganhava, por conta das despesas com as crianças, aluguel, não era possível. Não conseguia nem pagar o meu aluguel. E eu trabalho desde cedo, desde os 13 anos (MORADORA 1, OPSM, 2021).

Ou seja, sonhos e esperanças que ganham contornos materiais na luta pelo acesso às políticas sociais, nos espaços de participação e de controle social, na tomada de decisões, nas cozinhas coletivas e embaixo de cada barraco de lona. Se todos os sujeitos são constituídos de histórias, forjando-as no cotidiano da vida, os sujeitos que resistem

coletivamente são capazes de construir outras formas de sociabilidade, seja na partilha do cobertor no rigoroso inverno, seja na luta pelo reconhecimento dos seus direitos. Nesta dinâmica, repleta de contradições que se expressam na OPSM, encontra-se a possibilidade da constituição de “sujeitos políticos, portadores de um projeto de classe” (YAZBEK, 2009, p. 28).

Nesse sentido, as expressões da “questão social” desafiam uma análise dialética que articule singularidade e universalidade, apreendendo o cotidiano particular dos acampados como espaço de disputa de consciência e de organização política, na interface com a luta pelo direito à cidade numa direção social anticapitalista e classista.

A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO SOB O OLHAR DAS MULHERES SEM MEDO

A OPSM resiste há quase quatro anos, denunciando o descaso do poder estatal com a questão da moradia popular, processo este agravado pelos impactos da pandemia de Covid-19, sobretudo no que tange aos aspectos socioeconômicos. Na atualidade, a ocupação é composta por idosos, homens, mulheres, jovens e crianças cuja renda familiar é obtida com a coleta e venda de materiais recicláveis, como também pelo trabalho informal (como domésticas, cuidadoras e babás) e por trabalhadores precarizados da construção civil. Em suma, pessoas que estão na condição de sem-teto, provenientes da informalidade laborativa decorrente do desemprego estrutural e da desproteção do trabalho, beneficiários de políticas públicas de transferência de renda, cujos recursos financeiros não atendem às suas necessidades humanas de forma satisfatória. Entendemos que a gravidade do contexto pandêmico tende a obscurecer as possibilidades de mobilização e de participação popular, exigindo a construção e a materialidade de ferramentas coletivas de luta que privilegiem o protagonismo e a autonomia dos sujeitos.

Desse modo, por organização política compreendem-se as diferentes estratégias adotadas por sujeitos coletivamente organizados para a inserção de pautas/demandas de classe que extrapolem a dimensão privada da vida no âmbito da esfera pública, na dinâmica histórica das lutas de classes. Essa organização relaciona-se com o protagonismo

dos sujeitos e com a mobilização popular que apreende as contradições estruturais e as possibilidades objetivas de participação política na sociedade burguesa. Portanto, são indissociáveis dos processos reflexivos sobre o cotidiano da ocupação e da realidade social, da aprendizagem e da aquisição de conhecimentos para o engajamento político, para a gestão da ocupação, para a participação das instâncias de decisão e de planejamento do MTST, nos espaços de coordenação da OPSM e na incidência em esferas de controle social e nas demais organizações políticas.

É por meio da ocupação de terrenos vazios – e que, portanto, não cumprem com a função social de propriedade – que o MTST organiza territorialmente as famílias. O trabalho comunitário subsidia as ações do movimento, tendo em vista que é a partir da proximidade com a realidade dos sujeitos que verificamos as demandas presentes no cotidiano, relacionadas ao ônus excessivo com aluguel, com a coabitação familiar e com a ausência de políticas públicas de moradia popular para segmentos que não se enquadram nas condicionalidades dos financiamentos imobiliários. Para essas pessoas, ocupar se torna uma estratégia de luta, como demonstra o depoimento a seguir.

Para mim morar aqui já é uma forma de luta muito grande. Por isso que eu estou aqui até hoje. Porque eu acredito na luta e a gente não pode desacreditar. Porque se a gente não lutar, não correr atrás e ficar sentado, a gente não vai adquirir nada. A gente tem que estar junto, tem que estar forte para esse dia [em referência à possibilidade de reintegração de posse]. Aqui dentro a gente é um só (MORADORA 3, OPSM, 2021).

Os anseios vinculados à possibilidade de reintegração de posse circundam as vidas dos sujeitos, influenciando o seu modo de viver e de compreender a própria realidade, uma vez que – pela dureza da luta cotidiana – tal realidade se apresenta repleta de esperanças, mas também prenhe de impossibilidades. No conjunto de depoimentos coletados, a maioria das entrevistadas afirma que a ocupação urbana é uma estratégia política que pauta para o conjunto da sociedade as questões da moradia popular e do direito à cidade. E, ainda, é na privação da própria dignidade – no desafio de se sujeitar a viver em precárias condições de vida e sob o julgamento da informalidade e da violação da “propriedade

privada alheia” – que as trabalhadoras sem-teto proporcionam a si e à família “uma moradia muito boa, apesar de ser numa ocupação” (MORADORA 2, OPSM, 2021).

As mulheres sem-teto, enquanto residentes de uma ocupação, buscam demarcar seu espaço no âmbito urbano. Marcada por sociabilidades distintas e, muitas vezes, erigida pelas (im)possibilidades – de acesso a bens e serviços, de emprego e da própria moradia –, a precariedade da vida surge como um potente insumo para o engajamento político dessas mulheres. No conjunto dos depoimentos, observamos a constante menção à metodologia utilizada pelo MTST na construção do trabalho comunitário e na organização das ocupações. Forjado a partir de vínculos de confiança mútua e mediante processos reflexivos, o ato de ocupar congrega, em si, sentimentos de pertencimento e de protagonismo social. Considerando a satisfação e a alegria com que as mulheres narram as atividades de participação e a ação prática de intervenção na produção do espaço urbano, podemos inferir que tais processos acabam por conferir novos significados para suas histórias de vida, na maneira como compreendem as desigualdades e as resistências sociais. E, gradativamente, o que podemos observar é a construção de

[...] relações sociais e concepções, ideias, interpretações que dão sentido àquilo que faz e àquilo de que se carece. Reproduz, mas também produz, isto é, modifica, revoluciona a sociedade, a base de sua atuação sobre a natureza, inclusive sua própria natureza. Ele se modifica, edifica sua humanidade, agindo sobre as condições naturais e sociais da sua existência, as condições propriamente econômicas (MARTINS, 2000, p. 117).

Em outras palavras, os sujeitos acabam por construir um modo de viver e de se relacionar com o mundo incorporando valores societários emancipatórios ao cotidiano, que se constitui a partir das contradições presentes na vida e nos significados por eles atribuídos. Ou seja, se vinculam inicialmente às organizações políticas da classe trabalhadora pela luta por moradia, mas, à medida que vão tomando consciência dos processos e das dinâmicas sociais, acabam por desvendar a barbárie imposta pelo capitalismo e o fetichismo que encobre as relações sociais, que desqualifica “nossas necessidades pobres, nossas casas feias, nossos bairros caóticos, nossas crianças sujas, nossa saúde debilitada, nossa

persistente alegria e disposição de viver, apesar de tudo” (IASI, 2014, p. 64). Processos que se apreendem no seguinte depoimento:

Quando começou a ocupação aqui, eu cozinhava. Eu gosto de cozinhar e, quando têm essas coisas assim [em referência às atividades coletivas], eu gosto de participar. Inclusive, aqui em casa, é mais eu que cozinho [risos]. [...] Já fui num monte de coisas [risos e fazendo referência às ações de manifestação política]. Já fui na Dique. Fui lá na rodoviária, quando a polícia correu nós [risos]. Fui parar lá na casa do Mujica [nome fictício]. Corri um monte, guria. Eu nem sabia onde ele morava. A menina foi me procurar e eu já estava longe [risos]. Ali, na Dique, a gente fez bastante também. Lá a polícia também apareceu e saiu todo mundo correndo, mas estava bom! A gente estava fazendo protesto para moradia! (MORADORA 2, OPSM, 2021).

Essas mulheres – antes mesmo de atribuírem a si mesmas a identidade de sem-teto – já enfrentavam as desigualdades sociais e reivindicavam para suas famílias o acesso às condições essenciais à vida humana. O que confere certo grau de ineditismo aos processos de luta vivenciados por elas é justamente o sentido posto à cotidianidade. Quando a inserção em estratégias de enfrentamento e as resistências sociais ultrapassam a dimensão individual, passamos a observar repercussões nas percepções acerca da realidade social e na maneira como incorporam tais estratégias coletivas no enfrentamento da vida cotidiana. Portanto, para essas mulheres, as resistências sociais são compreendidas como

[...] um direito da gente, né? Da gente lutar por um direito que a gente quer, que é a moradia. Um lugar bom que tenha creche para as crianças. Que tenha colégio e que tenha respeito. Não adianta dizer que a gente vai ter respeito e vão estar mentindo, porque a gente vai ter que lutar igual para conservar. Todas as coisas que a gente corre para conseguir, ter o que a gente quer, é uma luta que a gente ganha. Se tu correr e conseguir hoje ganhar aquela luta ou mesmo a que tu não ganhou, não pode baixar a cabeça, tem que seguir até conseguir ganhar. Não pode baixar a cabeça, só. Sozinho o barco não anda. Tem que lutar todo mundo junto. Uma andorinha só não

faz verão. Se junta todo mundo que nem um formigueiro, a coisa fica melhor (MORADORA 4, OPSM, 2021).

Ancorados na compreensão do direito à cidade e consubstanciados pelo referencial crítico presente no Serviço Social, destacamos que defender e fortalecer a luta dos/das sem-teto – enquanto processo social que congrega, em si, expressões da luta de classes – é imprescindível às ações profissionais na perspectiva de materialização do compromisso ético-político com as demandas da classe trabalhadora. É a partir de ações junto aos movimentos sociais, pautadas numa perspectiva emancipatória, que é possível uma análise crítica da realidade do urbano que forje frentes de trabalho que transcendam as diretrizes presentes nas políticas públicas e nos espaços sócio-ocupacionais. Portanto, se torna primordial a compreensão de que

[...] a reforma urbana pode ter hoje o papel e a importância que a reforma agrária teve durante cerca de meio século (e que ela conserva aqui e ali). Como reforma revolucionária, ela abala as estruturas da propriedade, do direito e da ideologia neocapitalistas. Sustar, no caminho da degradação, a vida urbana ainda existente, inventar formas novas, permite que essas formas se desdobrem, abram seus caminhos aos germes da sociedade urbana, são objetivos que ultrapassam as possibilidades do neocapitalismo e da sociedade do consumo dirigido. A mais culta burguesia não tem muitas condições de conceber o lúdico como obra, a cidade lúdica, e menos ainda de realizar-lhe as condições espaço-temporais (LEFEBVRE, 1991, p. 2016).

À medida que os vínculos são construídos e que nos aproximamos da realidade, percebemos outras possibilidades de trabalho, outras formas de sociabilidade, tendo em vista que, com o acelerado “processo de urbanização, o Serviço Social é provocado a pensar sua ação profissional além dos limites institucionais” (FARAGE, 2014, p. 246), para que a dureza das desigualdades não possa determinar as possibilidades de futuro e para que a regressão dos direitos sociais não nos leve ao imobilismo, posto que é preciso “construir hoje o germe da nova sociedade” (FARAGE, 2014, p. 261).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sistematização dos achados da pesquisa buscou mediar o diálogo com as experiências de vida e os significados que as mulheres sem-teto atribuem aos seus cotidianos de luta e resistência. Compreender a produção do espaço sob os desígnios do capital é ter clareza da contradição presente entre o valor de uso e de troca, considerando que os segmentos populares organizados lutam por uma apropriação e pela produção espacial ordenada a partir de suas necessidades sociais coletivas. Portanto, o urbano – lócus privilegiado no qual se expressa a luta de classes, palco no qual se disputam diferentes projetos societários enfeixados nos conflitos fundiários, políticos, econômicos e sociais – torna-se espaço de conteúdo eminentemente político e estratégico, como demarcado por Lefebvre (2008).

Apreender as interfaces da “questão social” e suas expressões na luta pelo direito à cidade nos exige mergulhar em espaços permeados por contradições, cujas estratégias de resistência surgem enquanto respostas às necessidades mais elementares da sobrevivência humana. Engendradas por uma complexa trama social, as sociabilidades e as lutas cotidianas de uma ocupação são capazes de apontar – num mesmo tempo presente – a construção de respostas coletivas às demandas comumente tratadas enquanto forem individuais.

Mais do que isso: no tempo miúdo da vida, do cotidiano (YAZBEK, 2001), mediadas por privações de todo tipo, são vislumbradas fagulhas de esperança, que ganham materialidade na participação e na mobilização de sujeitos que não encontram outra alternativa que não seja a de resistir e de ocupar. Pessoas que confrontam o estigma da identidade sem-teto, que enfrentam a violência estatal e midiática e o desrespeito pelas suas expressões culturais. Para tanto, não é possível afirmar que as experiências mediadas por privações, constrangimentos e humilhações sejam suficientes para a construção de uma sociabilidade que se contraponha à ordem societária que vivemos. Ao mesmo tempo, também não é possível negar que tais experiências sejam capazes de trazer luz à realidade desigual do urbano, pois é no aparente desencontro temporal que as possibilidades de ação e enfrentamento das refrações da “questão social” se apresentam, transversalizadas por um emaranhado de contradições evidenciadas no cotidiano.

Dessa maneira, os relatos das mulheres sem-teto nos permitem apontar quais estratégias de enfrentamento das desigualdades e necessidades sociais construídas no âmbito coletivo se apresentam como potentes ferramentas aptas a favorecer a ampliação da consciência e da atuação política dos sujeitos. Justamente porque é no tempo real, permeado por encontros e desencontros, que as trabalhadoras e os trabalhadores sem-teto atribuem sentido à vida de privações, na qual a luta (pelo direito à cidade, ao teto, ao lar etc.) é a tradutora da revolta e da rebeldia silenciosa, antes enclausuradas nos barracos de lona, que transbordam para o espaço urbano, disputando direitos e reconhecimento e inscrevendo, nas cidades, as lutas de classes. Portanto, é no dia a dia que os sujeitos constroem narrativas, imprimem no espaço urbano seus modos de viver, suas expectativas, seus sonhos e suas esperanças, fazendo história como sujeitos políticos, dotados de um projeto de classe antagônico à dominação burguesa e à espoliação da vida. Implicam-se dialeticamente, nesse complexo processo, as categorias, as condições, os modos de vida e a organização política, constituídos em uma unidade, que emerge e retorna para a vida cotidiana, atravessando e disputando os sentidos do urbano.

Dinâmica, portanto, da qual apontamos um dos grandes desafios postos ao trabalho coletivo e comunitário: inovar constantemente os processos de luta enquanto pressuposto fundamental para a manutenção dos sonhos. Nessa perspectiva, destacamos a relevância das ações desenvolvidas de cunho pedagógico, cuja instrumentalidade esteja vinculada a uma formação político-crítica de moradores e militantes das ocupações, de modo que possam caminhar na direção da construção de projetos societários contra-hegemônicos ao modo de produção capitalista, uma vez que, dadas as circunstâncias em que circunda a questão da moradia, corre-se o risco de se empreender uma estratégia de luta fragmentada, pulverizada no acesso precário às diferentes políticas sociais ou ainda transformada em ações de cunho assistencialista. Para tanto, é essencial um referencial ético-político e teórico-metodológico erigido nesta direção, de maneira que forneça sólidos contributos ao trabalho profissional dos/das assistentes sociais em ações articuladas com os movimentos sociais urbanos.

Portanto, entendemos que a mediação dos processos formativos e do trabalho profissional articulado à experiência de atuação junto aos movimentos sociais reverbera profícuas contribuições ao Serviço

Social, considerando que tais ações: a) se circunscrevem enquanto estratégia que traz vitalidade e fortalecimento ao projeto ético-político profissional; b) podem ser apropriadas como ferramentas que permitem desvendar o cotidiano de lutas dos sujeitos e qualificar o trabalho dos/das assistentes sociais; c) incidem como amplificadoras do escopo de atuação profissional, dando visibilidade às demandas reprimidas dos territórios na relação com as políticas sociais; e d) se constituem como espaços potentes de formação graduada e pós-graduada, sobretudo na relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão.

Para além do instituído, de uma vida permeada por processos simultâneos de alienação, compreendemos o cotidiano como espaço que permite a renovação dos processos sociais contestatórios, cujas interações e cujos significados e sentidos são construídos pelos sujeitos no ato da ação, indicando assim uma práxis eminentemente transformadora. Para tanto, urge o retorno à realidade daqueles que resistem, regressando aos cotidianos de sociabilidades consideradas irrelevantes, esquecidas pelas ciências humano-sociais, amontoadas em identidades atribuídas pelo estigma da pobreza. É fundamental o regresso aos espaços onde se gestam os sonhos e as esperanças, considerando que o possível também se explicita na aparente imobilidade, posto que a rebeldia aparentemente silenciada está, sem dúvidas, em constante movimento.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BOFILL, Maria Eugenia. Porto Alegre tem mais de 2,6 mil moradores em situação de rua, diz Fasc; ONG alerta para aumento no número durante pandemia. G1 RS. Porto Alegre, 14 de jul., 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/07/14/porto-alegre-tem-mais-de-26-mil-moradores-em-situacao-de-rua-diz-fasc-ong-alerta-para-aumento-no-numero-durante-pandemia.ghtml>> Acesso em: 13 fev. 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; ALVES, Glória; PÁDUA, Rafael Faleiros (Orgs.). **Justiça Espacial e o Direito à Cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CENTRO SOCIAL DA RUA. **Projeto Cidadão da Rua**. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <<https://centrosocialdarua.com/midia/>> Acesso em: 16 mar. 2021.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social**: Um estudo através da produção da área. Curitiba: CRV, 2017.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência Social: Direito social ou benesse? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n° 124, p. 665-677, out./dez. 2015.

FARAGE, Eblin. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz C.; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: Uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil**. Disponível em: <<http://novosite.fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>>. Acesso em: 5 mar. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2017.

_____. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n° 21, p. 117-139, jul./2008.

_____. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n° 3, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Minas Gerais: UFMG, 2008.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução: Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A re-produção das relações de produção**. Paris: Anthropos, 1973.

MARTINELLI, Maria Lúcia [et al.]. **A história oral na pesquisa em Serviço Social: Da palavra ao texto**. São Paulo: Cortez, 2019.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MELLO, Bruno César Euphrasio de; LERSCH, Inês Martina; ROVATI, João Farias; FINGER, Bárbara Bundyra; MACHADO, Hemilyn da Silva (Orgs.). **Práticas Urbanas Emergentes**. Porto Alegre: UFRGS, 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. **Cadastro Socioeconômico de Pessoas Residentes na Ocupação Povo Sem Medo**. Porto Alegre, 2020.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília, nº 3, 2001.

OLIVEIRA, Juanita Natasha Garcia de. “**Quem não pode com a formiga, não atíça o formigueiro**”: O Serviço Social e as Interfaces da Questão Social Expressas na Luta pelo Direito à Cidade. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social), 2021. 179 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SANTOS, Josiane Soares. O enfrentamento conservador da “questão social” e os desafios para o Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 136, p. 484-496, set./dez. 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, nº 3, 2001.